

ANÁLISE DA ABORDAGEM DOS IMPACTOS AMBIENTAIS, SOCIAIS E ECONÔMICOS GERADOS PELA BRASKEM COM BASE NOS SEUS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE

PATRÍCIA ALVES AGUIAR
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)

PATRICIA GUARNIERI
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)

WALTER ARAUJO DE LIMA FILHO
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)

NATALLYA DE ALMEIDA LEVINO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL)

Agradecimento à órgão de fomento:

Agradecemos o apoio do CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelos recursos concedidos ao projeto pelo Edital Universal 403749/2021-2.

ANÁLISE DA ABORDAGEM DOS IMPACTOS AMBIENTAIS, SOCIAIS E ECONÔMICOS GERADOS PELA BRASKEM COM BASE NOS SEUS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE

1. INTRODUÇÃO

Desastres ambientais afetam ecossistemas vulneráveis e provocam impactos significativos sobre pessoas, recursos naturais, infraestrutura e economias locais. Segundo o Glossário de Defesa Civil (1998), esses eventos podem ser classificados como naturais, humanos ou mistos, a depender da origem do agente causador. No entanto, como apontam Freitas et al. (2022), a ocorrência de um desastre depende de um conjunto de fatores interligados, como a presença de um agente perigoso, a exposição de territórios e populações vulneráveis e a capacidade institucional de mitigação de riscos.

No Brasil, desastres ligados à mineração destacam-se por sua magnitude e consequências duradouras. Entre os casos mais emblemáticos estão os rompimentos das barragens da Samarco S.A. em Mariana (2015) e da Vale S.A. em Brumadinho (2019), que figuram entre os maiores desastres ambientais relacionados à mineração em escala global (Laschefski, 2019). Outro episódio grave, ainda em curso, refere-se ao colapso geológico em bairros de Maceió (AL), vinculado à extração de sal-gema pela empresa Braskem S.A., sendo considerado o maior desastre minerário em andamento no país (Santos; Viegas, 2021; Manhas, 2022).

Tais desastres não devem ser compreendidos apenas pela sua extensão física, mas pelas desigualdades que revelam e produzem. As formas como os impactos são distribuídos e enfrentados envolvem estruturas políticas, econômicas e sociais que definem quem arca com os danos e quem se beneficia da exploração. Além disso, determinam quais grupos terão acesso a processos de reparação e quais serão sistematicamente excluídos (Freitas et al., 2022). Em contextos como o de Maceió, a atuação das empresas responsáveis e a transparência de suas ações tornam-se temas centrais. Embora tenha havido avanço na publicação de relatórios de sustentabilidade por parte de corporações mineradoras (Jenkins; Yakovleva, 2006), persiste a desconfiança quanto à coerência entre o discurso e a prática. A ausência de uma comunicação eficaz com as comunidades afetadas agrava o sentimento de invisibilidade e negligência, sobretudo quando as ações empresariais priorizam a gestão da imagem institucional em detrimento do direito à informação (Alves; Andrelo; Cabral, 2016).

Diante disso, esta pesquisa busca responder à seguinte questão: como os relatórios de sustentabilidade da Braskem abordam os impactos do desastre da mineração de sal-gema em Maceió? Para tanto, tem como objetivo analisar o conteúdo desses relatórios, com ênfase nos impactos sociais, ambientais e econômicos gerados. De modo específico, o estudo visa identificar as principais empresas envolvidas em desastres ambientais na última década; realizar uma revisão sistemática da literatura sobre desastres ambientais e transparência; mapear os impactos relatados nos documentos corporativos; e examinar criticamente como a Braskem comunica esses impactos entre os anos de 2018 e 2022.

A relevância do estudo está ancorada na compreensão da Responsabilidade Social Corporativa (RSC) como um compromisso ético das empresas frente às comunidades e ao meio ambiente. Conforme o IDIS (2023), a RSC implica corresponsabilidade pelo território em que a organização atua. No entanto, Schroeder e Schroeder (2004) alertam que muitas corporações não cumprem adequadamente esse papel, o que dificulta avanços rumo a um desenvolvimento humano e sustentável.

Em um cenário em que os impactos empresariais ultrapassam a lógica econômica e atingem diretamente o bem-estar coletivo, torna-se imprescindível avaliar em que medida as práticas comunicacionais dessas organizações refletem compromissos reais com a reparação e a justiça socioambiental. Estudos anteriores apontam que empresas do setor minerário reconhecem a importância da RSC, mas falham em assegurar a transparência dos resultados comunicados (Filho et al., 2021; Irigaray et al., 2017). Assim, este trabalho contribui ao aprofundar o debate sobre as narrativas construídas em contextos de crise e ao oferecer subsídios para uma avaliação crítica da atuação empresarial em situações de desastre.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Responsabilidade Social Corporativa (RSC) passou por significativas transformações desde seu surgimento, refletindo disputas conceituais e normativas que envolvem disciplinas como economia, administração, sociologia e direito. Desde o debate Berle-Dodd nos anos 1930, a RSC tem se consolidado como um campo complexo e multifacetado, que busca compreender e redefinir os limites da atuação empresarial diante das exigências sociais e ambientais contemporâneas (Ribeiro; Sampaio, 2023).

O termo RSC foi introduzido por Howard Bowen em 1953, ao propor que os empresários deveriam alinhar suas decisões aos valores da sociedade, ultrapassando a lógica da maximização do lucro (Morcelli; Ávila, 2016). Em contrapartida, Friedman, na década de 1960, defendeu que a única obrigação social da empresa era gerar lucro para seus acionistas (Irigaray et al., 2017). Esse antagonismo conceitual ainda orienta grande parte dos debates sobre o papel das organizações no desenvolvimento sustentável.

A contribuição de Carroll (1979) ampliou essa discussão ao estruturar a RSC em quatro dimensões: econômica, legal, ética e filantrópica. Essa tipologia destaca que as obrigações legais e econômicas devem ser atendidas antes da atuação ética e voluntária, promovendo uma visão escalonada da responsabilidade empresarial. Carroll também foi pioneiro ao incluir a ética como componente essencial da responsabilidade corporativa, estabelecendo uma base conceitual ainda amplamente adotada.

Em 1994, Elkington introduziu o conceito de "Triple Bottom Line", defendendo que a performance empresarial deveria ser medida simultaneamente por indicadores econômicos, sociais e ambientais. Essa abordagem multidimensional incentivou a expansão da RSC como prática estratégica, voltada à geração de valor além do econômico (Benites; Polo, 2013).

No início dos anos 2000, Porter e Kramer reforçaram essa perspectiva ao introduzirem a noção de valor compartilhado, sugerindo que o sucesso empresarial está intrinsecamente ligado ao bem-estar das comunidades e ao equilíbrio ecológico. A RSC, nesse contexto, torna-se não apenas uma exigência ética, mas uma estratégia de competitividade (Porter; Kramer, 2011). Paralelamente, a abordagem baseada em stakeholders ganha força ao enfatizar que a responsabilidade da empresa deve contemplar os interesses de diferentes grupos, incluindo trabalhadores, comunidades, governos e consumidores (Lopes, 2015). Essa visão amplia o escopo da RSC e reforça sua relevância como mecanismo de construção de confiança e legitimidade institucional.

A imagem organizacional também é impactada pelas práticas de RSC, pois a percepção pública das ações sociais e ambientais influencia diretamente a reputação corporativa (Morcelli; Ávila, 2016). Nesse sentido, a transparência torna-se um princípio fundamental, sendo considerada não apenas como a divulgação de informações, mas como um compromisso com a clareza, a acessibilidade e a prestação de contas (Lauretti, 2013).

No entanto, como alertam Piffer e Liebl (2019), não há consenso internacional sobre a definição da RSC, o que dificulta sua padronização e aplicação. Essa falta de uniformidade reflete os desafios de integrar diferentes tradições culturais, econômicas e institucionais, exigindo uma leitura crítica e contextualizada das práticas empresariais. Nesse cenário, os relatórios de sustentabilidade se configuram como instrumentos centrais para comunicar o desempenho socioambiental das empresas. De acordo com Baraibar-Diez e Sotorrío (2018), esses relatórios não apenas registram ações, mas funcionam como ferramentas estratégicas de gestão e diálogo com stakeholders.

No Brasil, os modelos mais utilizados de relatórios de sustentabilidade são o da *Global Reporting Initiative* (GRI) e o do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) (Sharf; Pachi, 2007). Enquanto o modelo do IBASE incorpora especificidades locais, a GRI oferece uma estrutura global comparável e reconhecida internacionalmente, sendo adotada pela Braskem, foco deste estudo.

As diretrizes da GRI orientam as empresas na elaboração de relatórios completos, promovendo a responsabilização quanto aos seus impactos sociais, ambientais e econômicos. Entre os princípios fundamentais estão a transparência, a regularidade, a comparabilidade e a coerência na comunicação dos dados (GRI, 2023). Esses relatórios devem servir como instrumentos de autoavaliação e planejamento estratégico, promovendo o alinhamento entre discurso e prática organizacional. Para tanto, é necessário que incluam não apenas resultados positivos, mas também limitações, desafios e metas não alcançadas, conforme recomenda Lauretti (2013).

A simples divulgação de dados, sem clareza e contextualização, pode comprometer a eficácia comunicacional do relatório. Como destacam Baraibar-Diez e Sotorrío (2018), transparência não se resume à quantidade de informações divulgadas, mas à sua qualidade e inteligibilidade para os públicos de interesse. Ainda neste processo de transparência, surge o Pacto Global da ONU, lançado em 2000, e estabelece dez princípios distribuídos em quatro áreas: direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. A adesão a esse pacto representa um compromisso voluntário com a conduta ética e a sustentabilidade empresarial (Tamiozzo; Kempfer, 2016).

Apesar da ampliação do escopo da responsabilidade social corporativa (RSC) e do avanço nos mecanismos de prestação de contas, os desastres ambientais continuam a evidenciar falhas estruturais na governança corporativa. Os casos de Mariana (2015) e Brumadinho (2019) ilustram os impactos devastadores da mineração sobre vidas humanas e ecossistemas (Laschefski, 2019; Freitas et al., 2019).

Como destacam Cosenza et al. (2019), a Samarco não antecipou nem comunicou aos stakeholders os riscos críticos de suas operações e, mesmo após o colapso da barragem, manteve uma postura relacional que, na prática, priorizava seus próprios interesses. Lopes e Demajorovic (2020) reforçam essa crítica ao evidenciar as contradições entre as informações divulgadas pela empresa e a percepção de risco da comunidade, apontando que o modelo de RSC adotado priorizou a gestão da imagem e reputação corporativa, o que, aliado à dependência econômica local, acabou por encobrir os riscos operacionais e ampliar a vulnerabilidade social. Esses episódios revelam a dissociação entre discurso e prática em empresas que, embora adotem uma retórica de responsabilidade, falham em prevenir e mitigar danos socioambientais.

Esses eventos resultaram em mortes, destruição de comunidades, contaminação de rios e solos, e agravamento de doenças físicas e mentais. Estudos mostram que os efeitos sobre a saúde pública e a qualidade de vida perduram por anos, exigindo respostas estatais e empresariais que muitas vezes são insuficientes (Peixoto; Asmus, 2020; Silva et al., 2020).

Outro desastre relevante é o afundamento do solo em bairros de Maceió, iniciado em 2018 e atribuído à extração de sal-gema pela Braskem. Embora menos visível nacionalmente, esse episódio gerou o deslocamento de milhares de pessoas, destruição de infraestruturas e contaminação ambiental, revelando a gravidade dos riscos associados à atividade minerária urbana (Nascimento; Sobrinho, 2022).

Esses casos demonstram a importância de uma RSC efetiva, que vá além de compromissos retóricos e se traduza em práticas concretas de prevenção, mitigação de danos e reparação justa. O estudo da comunicação institucional, por meio dos relatórios de sustentabilidade, permite compreender como as empresas constroem suas narrativas diante de crises e quais elementos de transparência e responsabilização são efetivamente incorporados.

3. METODOLOGIA

Este estudo possui natureza aplicada, pois visa oferecer respostas práticas a um problema concreto relacionado à coerência entre discurso e prática nos relatórios de sustentabilidade da Braskem. Adota um delineamento descritivo, voltado à coleta e organização de dados documentais, conforme propõem Lozada e Nunes (2019), e segue uma abordagem qualitativa e interpretativa, voltada à compreensão de significados contextuais e subjetivos, sem recorrer ao tratamento estatístico, como indicado por Denzin e Lincoln (2018).

A unidade de análise da pesquisa é composta pelos Relatórios Integrados de Sustentabilidade da Braskem referentes ao período de 2018 a 2022, abrangendo desde o início do desastre de subsidência em Maceió até os anos seguintes de gestão institucional da crise. A escolha desses documentos se deve à sua disponibilidade pública e à adoção das diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI), reconhecida internacionalmente como referência para práticas de transparência e responsabilidade corporativa.

A coleta de dados consistiu inicialmente no *download* e organização dos relatórios anuais da empresa, seguidos de uma triagem dos conteúdos que mencionavam o desastre e as ações de enfrentamento adotadas pela Braskem. Esses trechos foram agrupados e categorizados em uma base de dados textual, posteriormente analisada com o auxílio do software IRaMuTeQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires), ferramenta livre e de código aberto baseada nas linguagens R e Python, que permite a realização de diversas análises textuais, desde contagens simples até classificações hierárquicas e análises de similaridade.

A análise documental realizada foi de corte longitudinal, considerando a evolução dos discursos da empresa ao longo dos cinco anos analisados. Foram utilizados os princípios de qualidade estabelecidos pela GRI (2023), que incluem precisão, equilíbrio, clareza, comparabilidade, integralidade, contextualização, oportunidade e verificabilidade. Esses princípios serviram como base para avaliar o nível de transparência e integridade das informações divulgadas. A análise foi estruturada em cinco categorias principais: responsabilidade social corporativa (abrangendo dimensões econômicas, legais, éticas e filantrópicas), transparência e comunicação, gestão de riscos e prevenção, reparação e compensação às comunidades afetadas, e governança e conformidade em padrões ESG.

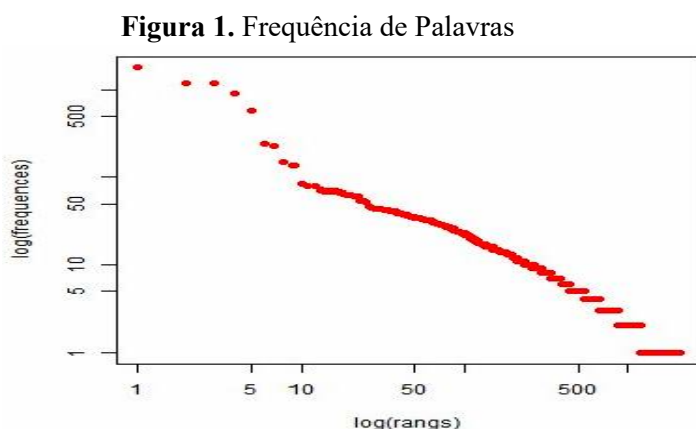
Para enriquecer a análise qualitativa, foram aplicadas técnicas automatizadas no IRaMuTeQ, como a lematização e a contagem de frequência de termos, a classificação

hierárquica descendente para agrupamento de segmentos textuais por similaridade, e a análise de similaridade para mapear conexões entre os principais conceitos. Essas técnicas permitiram uma triangulação metodológica robusta, associando análise de conteúdo clássica a ferramentas computacionais.

A amostra da pesquisa é intencional e composta exclusivamente pelos cinco relatórios anuais da Braskem disponíveis até o momento da coleta. Entre as limitações do estudo, destaca-se a dependência de fontes institucionais, potencialmente enviesadas por estratégias de gestão de imagem, bem como a ausência de auditorias externas independentes que validem integralmente as informações analisadas. Por se tratar de uma análise documental com base em fontes públicas, o estudo não exigiu aprovação por comitê de ética em pesquisa. Ainda assim, todos os procedimentos metodológicos seguiram princípios de rigor científico, garantindo a fidelidade e a integridade das informações interpretadas e apresentadas.

4. ANÁLISE DE RESULTADOS

Foram analisados os Relatórios Integrados da Braskem referentes ao período de 2018 a 2022. O corpus textual resultante foi submetido sendo segmentado em 467 unidades de contexto, totalizando 2.729 palavras e 16.592 ocorrências. Dentre essas, 1.386 palavras apareceram apenas uma vez, o que corresponde a 8,35% das formas identificadas.



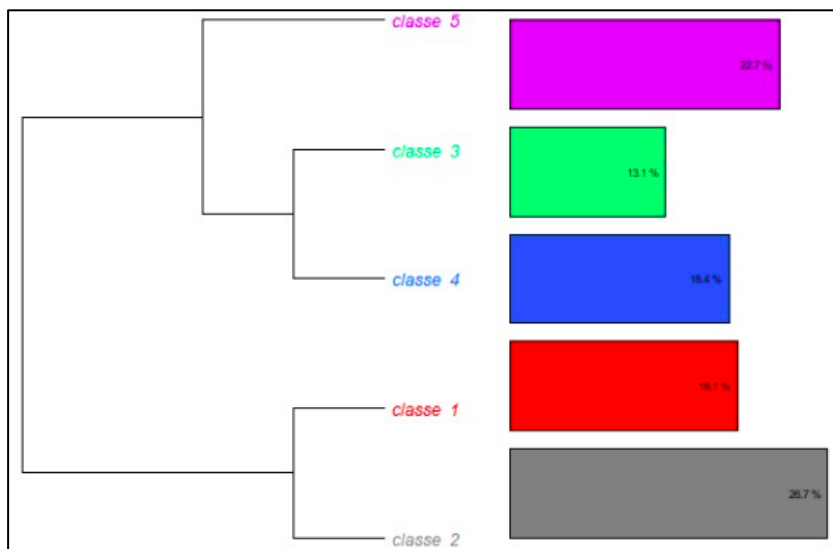
Fonte: Análises do software Iramuteq (2025)

A análise seguiu os princípios da Lei de Zipf, um modelo matemático aplicado à distribuição de palavras em textos, que permite quantificar a frequência e gerar representações gráficas. Os resultados obtidos refletem a tendência observada em estudos anteriores, como os de Cassettari et al. (2015) e Araújo, Sansão e Yehia (2016), confirmando que a distribuição vocabular em discursos é fortemente desigual: poucos termos apresentam alta recorrência, enquanto a maioria ocorre com baixa frequência. Entre os termos mais mencionados nos relatórios destacam-se: “Braskem” (69 ocorrências), “reciclagem” (57), “social” (54), “acordo” (44), “circular” (44), “economia” (43) e “produto” (43), conforme representado no Figura 1.

A Classificação Hierárquica Descendente (CHD) gerou cinco classes distintas de segmentos de texto, como apresentado na Figura 2. A análise baseou-se na significância estatística dos termos, com teste de qui-quadrado ($\chi^2 < 0,0001$). As classes foram agrupadas em dois blocos temáticos: o primeiro, composto pelas classes 1 (19,1%) e 2 (26,7%), totalizando 45,8% dos segmentos, destaca o posicionamento institucional e as iniciativas sustentáveis da

empresa; o segundo, formado pelas classes 3 (13,1%), 4 (18,4%) e 5 (22,7%), concentra-se nas ações de reparação e mitigação dos impactos decorrentes do desastre de Maceió.

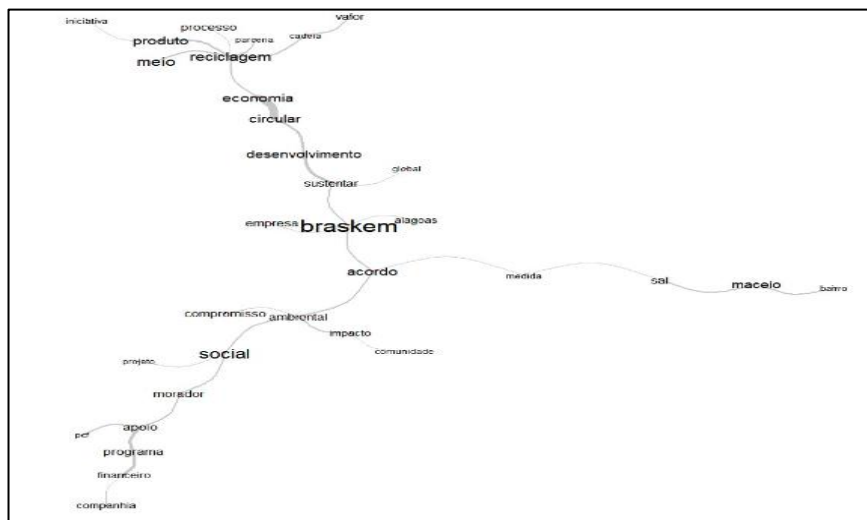
Figura 2. Classes oriundas da CHD



Fonte: Análises do software Iramuteq (2025)

A análise de similaridade, ilustrada na Figura 3, revela conexões centrais entre os principais termos. "Braskem" aparece como núcleo semântico do discurso, articulando-se com três grupos de termos. Um grupo enfatiza o compromisso com a sustentabilidade e a economia circular, com palavras como "reciclagem" e "circular"; os demais se referem às ações voltadas à reparação dos danos causados pela subsidiária, com destaque para termos como "morador", "acordo", "Maceió" e "PCF – Programa de Compensação Financeira".

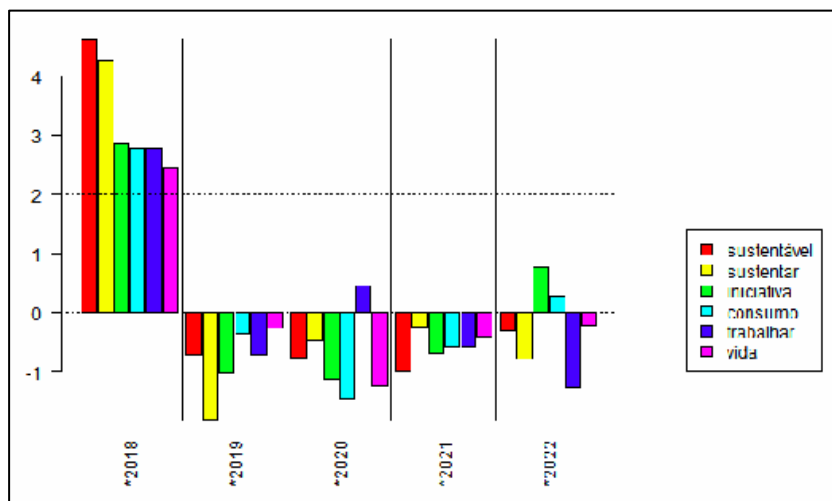
Figura 3. Análise de Similaridade



Fonte: Análises software Iramuteq (2025)

A análise ano a ano revela uma evolução discursiva que combina ações sustentáveis com respostas ao desastre. Em 2018, os termos mais frequentes foram "sustentável", "iniciativa", "consumo" e "vida".

Figura 4. Palavras mais citadas no relatório de 2018



Fonte: Análises software Iramuteq (2025)

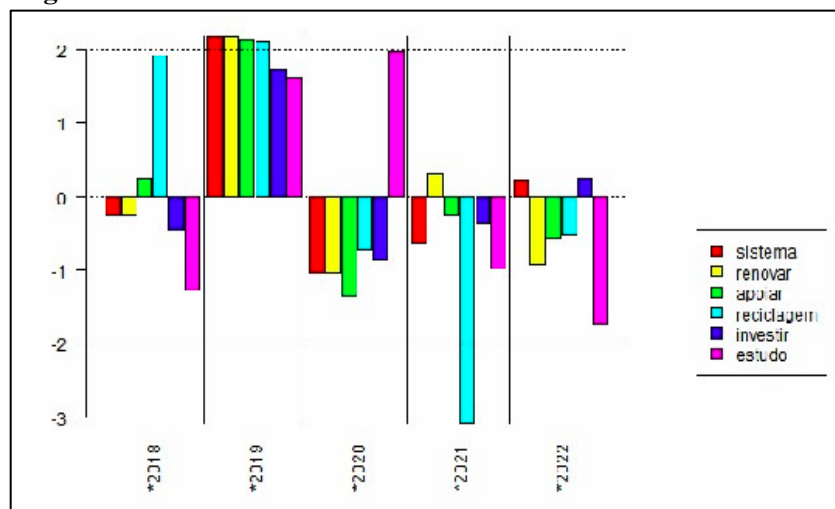
O discurso institucional da Braskem, no relatório de 2018, é fortemente centrado na adoção de práticas sustentáveis e na promoção do consumo responsável de resíduos. A narrativa evidencia uma preocupação não apenas com a manutenção da competitividade empresarial, mas também com a preservação ambiental e o bem-estar social. Essa ênfase reflete uma estratégia de posicionamento em sustentabilidade que se manifesta de forma recorrente ao longo do documento. Destacam-se, por exemplo, afirmações como:

“Com foco em uma constante evolução, gostaria de dar destaque especial para nosso posicionamento em Economia Circular. Acreditamos que os plásticos têm um papel crucial a desempenhar na entrega de um futuro mais sustentável, mas também reconhecemos a necessidade de uma gestão mais adequada dos resíduos pós-consumo” (p. 6, 2018)”

Em outro trecho, a empresa declara: “Nosso posicionamento é maximizar o impacto socioambiental positivo da Braskem, construir relações duradouras e contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades onde atuamos e da sociedade como um todo” (p. 56, 2018).

No relatório de 2019, os termos mais frequentes foram “sistema”, “renovar”, “apoiar”, “reciclagem”, “investir” e “estudo”, conforme ilustrado na figura 5.

Figura 5. Palavras mais citadas no relatório de 2019



Fonte: Análises software Iramuteq (2025)

A análise do conteúdo evidencia o direcionamento estratégico da Braskem para o fortalecimento de sistemas e cadeias produtivas sustentáveis, com destaque para a ampliação de programas de reciclagem e a intensificação dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento de soluções ambientalmente responsáveis.

O documento também revela o compromisso da empresa com a consolidação de práticas alinhadas à economia circular, como ilustram os seguintes trechos:

“Como a maior fabricante mundial de biopolímeros, reforçamos nosso compromisso com a consolidação de iniciativas que endereçam a Economia Circular ao buscar soluções que formam um ciclo sustentável que começa no design, passa pela produção e reciclagem e termina em novos usos para os produtos” (p. 9, 2019).

Ainda segundo o relatório,

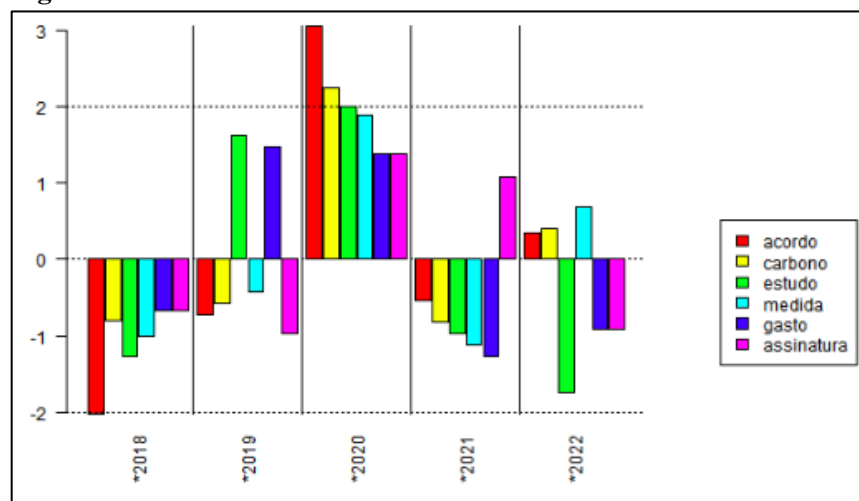
“[...]em 2019, decidimos expandir nossos esforços e anunciamos a ampliação da marca para abarcar não apenas soluções inteiramente renováveis, mas toda a linha de produtos com abordagem em economia circular: produtos feitos a partir de conteúdo reciclado e a mistura entre renovável e reciclado” (p. 55, 2019).

A gestão de resíduos também foi tematizada de forma recorrente, com ênfase na mensuração por indicadores de ecoeficiência:

“Além de investir em matérias-primas renováveis, acompanhamos mensalmente o funcionamento da gestão dos nossos resíduos por meio de indicadores de ecoeficiência que relacionam a quantidade de resíduos gerados com a quantidade de produtos produzidos e comercializados” (p. 101, 2019).

No relatório de 2020, os termos mais recorrentes foram “acordo”, “carbono”, “estudo”, “medida”, “gasto” e “assinatura”, como ilustrado na Figura 6. O conteúdo do documento revela uma dupla ênfase: de um lado, a formalização de compromissos institucionais em resposta ao desastre ocorrido em Maceió; de outro, o fortalecimento das metas ambientais da empresa, com destaque para as estratégias de compensação de carbono e sustentabilidade de longo prazo.

Figura 6. Palavras mais citadas no relatório de 2020



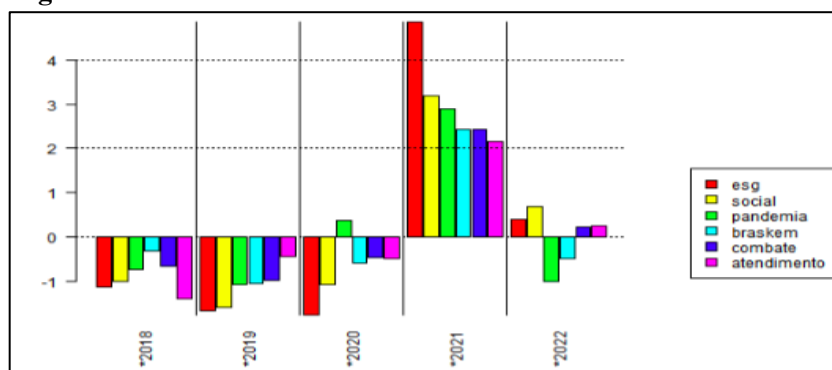
Fonte: Análises software Iramuteq (2025)

O reconhecimento da gravidade do desastre se reflete na provisão de recursos para ações reparatórias: “Encerramos 2020 com provisão de R\$ 9,2 bilhões para cumprir com os compromissos decorrentes do caso Maceió” (p. 23, 2020). Paralelamente, a Braskem reforça seus compromissos climáticos com metas ambiciosas de descarbonização e aumento do uso de materiais reciclados, conforme descrito:

“Estabelecemos como objetivos alcançar a neutralidade de carbono até 2050, com meta de redução de emissões de GEE Escopos 1 e 2 de 15% até 2030, e ampliar as vendas de nossos produtos com conteúdo reciclado, de modo a atingir 1 milhão de toneladas anuais vendidas até 2030” (p. 05, 2020).

No relatório de 2021, destacaram-se as palavras “ESG”, “social”, “pandemia”, “Braskem”, “combate” e “atendimento”, conforme ilustrado na Figura 7. O discurso institucional evidencia o alinhamento estratégico da empresa aos princípios de governança ambiental, social e corporativa (ESG), com atenção especial aos desafios impostos pela pandemia de Covid-19 e às ações destinadas ao atendimento das populações afetadas pelo desastre geológico em Maceió.

Figura 7. Palavras mais citadas no relatório de 2021



Fonte: Análises software Iramuteq (2025)

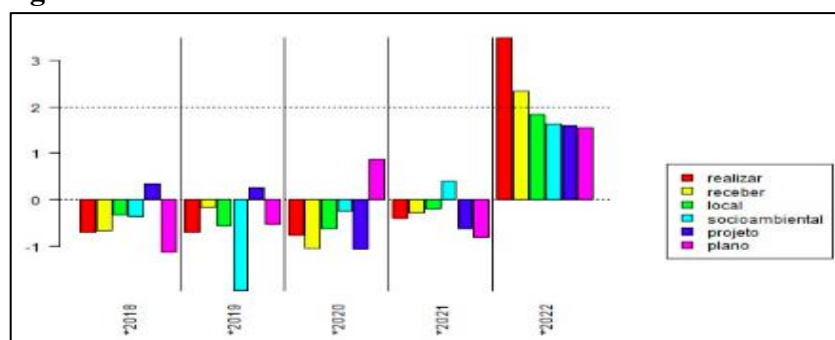
O relatório reafirma a integração da estratégia da Braskem com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), abordando temas como mudanças climáticas, economia circular, responsabilidade social e direitos humanos:

“Renovamos nossa estratégia em Desenvolvimento Sustentável, alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), que, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, cobre os aspectos de ESG, com atenção especial para mudanças climáticas, economia circular, responsabilidade social e direitos humanos” (p. 05, 2021).

Em relação ao desastre em Maceió, a empresa afirma ter mantido o cumprimento das obrigações assumidas: “Ao longo de 2021, a Companhia manteve seus melhores esforços para adoção de medidas necessárias e adequadas para solução das questões decorrentes do fenômeno geológico verificado, cumprindo integralmente todos os compromissos assumidos” (p. 28, 2021). Além disso, a continuidade da pandemia é tratada como fator relevante nas ações internas e externas promovidas ao longo do ano: “Com a continuidade da pandemia de Covid-19, seguimos promovendo ações dentro e fora da Braskem ao longo de 2021” (p. 26, 2021).

No relatório de 2022, os termos mais recorrentes foram: “realizar”, “receber”, “local”, “socioambiental”, “projeto” e “plano”, conforme ilustrado na Figura 8.

Figura 8. Palavras mais citadas no relatório de 2022



Fonte: Análises software Iramuteq (2025)

O conteúdo do documento evidencia uma ênfase em projetos de impacto socioambiental, com atenção especial às intervenções nos territórios afetados e à ampliação de estratégias de planejamento voltadas ao desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, a Braskem afirma que, “com base na estratégia global de responsabilidade social, investimos em projetos de impacto socioambiental em todas as localidades em que atuamos” (p. 45, 2022), indicando uma atuação transversal e territorializada.

Além disso, a empresa ressalta avanços relacionados ao acordo firmado com o Ministério Público Federal, no qual se comprometeu a reparar, mitigar ou compensar os danos ambientais e sociourbanísticos causados por suas operações, destacando que “vem avançando com a adoção de medidas [...] decorrentes das atividades de extração de sal-gema” (p. 49, 2022).

Complementarmente, o relatório de 2022 também busca reforçar a imagem institucional da Braskem como promotora de práticas sustentáveis por meio de ações de alto apelo público. A empresa declara que levou “seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e a economia circular para três grandes eventos: Rock In Rio, Lollapalooza e Popload Festival”, implementando “estações de coleta de resíduos plásticos onde os participantes podiam trocar itens recicláveis por diversos brindes” (p. 71, 2022).

Os achados da análise dos relatórios integrados da Braskem revelam um descompasso significativo entre o discurso empresarial de sustentabilidade e a responsabilização efetiva pelos impactos socioambientais do desastre de Maceió. Embora a empresa reitere, ao longo dos anos analisados, seu engajamento com práticas de economia circular, responsabilidade socioambiental e participação em eventos de grande visibilidade, como Rock in Rio e Lollapalooza, observa-se uma omissão sistemática quanto à gravidade e à extensão das consequências de suas operações na capital alagoana. Tal dissociação entre imagem projetada e prática efetiva aproxima-se do que a literatura crítica denomina de *greenwashing* (Delmas; Burbano, 2011), em que a comunicação institucional é instrumentalizada como mecanismo de blindagem reputacional.

Esse padrão discursivo converge com o que Cosenza et al. (2018), Lopes e Demajorovic (2020) e Souza, Colauto e Panhoca (2020) identificam como estratégias de autopromoção corporativa no setor de mineração, caracterizadas por um “altruísmo estratégico”. Trata-se de ações que, embora revestidas de responsabilidade social, são motivadas majoritariamente pela necessidade de restaurar legitimidade e confiança junto aos stakeholders — e não necessariamente por compromissos éticos com a reparação e prevenção de danos. A Braskem, ao privilegiar narrativas de inovação sustentável e de alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), parece adotar uma lógica semelhante, que visa mais à reconstrução de sua imagem do que à transformação estrutural de suas práticas.

Além disso, a análise dos relatórios evidencia falhas de padronização e deficiências no cumprimento dos princípios orientadores da *Global Reporting Initiative* (GRI), especialmente no que diz respeito à comparabilidade, equilíbrio e integralidade das informações. Assim como observado por Lopes et al. (2020), essas lacunas comprometem a transparência e a efetividade comunicacional dos relatórios, dificultando a avaliação crítica do desempenho socioambiental da empresa ao longo do tempo. A ausência de informações detalhadas sobre os impactos negativos e a oscilação no formato e na profundidade dos documentos enfraquecem o caráter de *accountability* que deveria nortear as práticas de reporte corporativo.

Do ponto de vista dos efeitos concretos, a negligência da empresa teve implicações severas, conforme documentado por Guarnieri, Levino e Fontana (2023). O colapso de bairros inteiros em Maceió provocou a desestruturação de comunidades, exigindo o deslocamento compulsório de milhares de famílias, ao mesmo tempo em que comprometeu atividades econômicas locais (pesca, mariscagem do “sururu”, vendas de doces típicos e comidas regionais) e agravou as condições de vida da população atingida. A desvalorização imobiliária, o aumento do custo de vida e a pressão sobre os serviços públicos municipais são efeitos adicionais que indicam a profundidade dos danos e a extensão da vulnerabilidade social produzida.

Tais impactos reforçam a necessidade de responsabilização não apenas judicial e econômica, mas também política e simbólica das empresas que, sob a lógica da maximização do lucro, negligenciam seus deveres socioambientais. O caso da Braskem ilustra os limites do modelo tradicional de responsabilidade social corporativa (CSR), frequentemente centrado em ações unilaterais e reativas. Como argumenta Lopes (2015), a legitimidade de uma organização depende de sua capacidade de integrar, de forma transparente e deliberativa, as demandas e vozes das comunidades impactadas em suas decisões e estratégias de reparação. No entanto, no caso analisado, essa participação foi significativamente limitada. As indenizações, ainda que financeiramente relevantes, foram aceitas sob forte assimetria de poder e sem processos adequados de escuta e negociação.

O início da implementação do Plano de Ações Sociourbanísticas (PAS), em 2024, embora represente um avanço institucional, não pode ser visto apenas como uma resposta compensatória. Sua efetividade dependerá da capacidade de promover processos contínuos de reconstrução urbana e justiça ambiental, ancorados no monitoramento público, na atuação de órgãos reguladores e na participação ativa das comunidades afetadas. Mais do que uma reparação pontual, trata-se de sustentar uma política de transição regenerativa que rompa com as práticas extrativistas predatórias e estabeleça novos pactos socioterritoriais.

Assim, este estudo contribui para o campo da responsabilidade social corporativa ao evidenciar a distância entre o discurso e a prática em contextos de desastre socioambiental, reforçando a necessidade de abordagens críticas e sistêmicas que coloquem no centro do debate as assimetrias de poder, os processos de invisibilização e a busca por justiça socioambiental.

5. CONCLUSÃO

Este artigo analisou a forma como a Braskem tem abordado os impactos sociais, ambientais e econômicos decorrentes do desastre em Maceió/AL à luz da responsabilidade social corporativa e da transparência informacional. Por meio de análise de conteúdo dos relatórios integrados da empresa entre 2018 e 2022, foi possível identificar um padrão discursivo centrado na promoção de ações sustentáveis e eventos de visibilidade, em detrimento de um reconhecimento efetivo de sua responsabilidade pelos danos causados.

Os resultados demonstram uma estratégia comunicacional voltada à preservação da imagem institucional, marcada por omissões, falta de padronização e inconsistência com os princípios da *Global Reporting Initiative* (GRI). Essa postura aproxima-se das práticas observadas em outros casos emblemáticos da mineração brasileira, como os desastres causados por Vale e Samarco, revelando um *modus operandi* comum entre grandes corporações: priorização do lucro, comunicação opaca e distanciamento em relação às comunidades afetadas.

Ao evidenciar a disparidade entre o discurso de sustentabilidade e as ações efetivas de reparação e justiça socioambiental, o estudo contribui para o debate crítico sobre os limites das práticas de responsabilidade social empresarial em contextos de crise. Reforça-se, assim, a urgência de políticas públicas e mecanismos de fiscalização mais rigorosos, além do fortalecimento da participação comunitária nos processos de reparação e reconstrução territorial. Sendo assim, a principal contribuição deste estudo reside em ampliar a compreensão sobre como grandes empresas moldam suas narrativas institucionais diante de desastres socioambientais, utilizando estratégias discursivas que reforçam sua reputação enquanto silenciam ou relativizam os danos causados. Tais evidências podem subsidiar o aprimoramento de políticas de regulação, os mecanismos de reporte e os debates acadêmicos sobre governança socioambiental e *accountability* empresarial.

Como limitações, destaca-se o foco em empresas de grande porte do setor de mineração e a ausência do relatório de 2023 da Braskem, não publicado à época da análise. Para pesquisas futuras, recomenda-se expandir o escopo para outros setores econômicos, a fim de comparar padrões comunicacionais e práticas de responsabilidade social. Também se sugere o aprofundamento da investigação sobre os efeitos de longo prazo do desastre de Maceió, considerando suas implicações humanas, econômicas, ambientais e institucionais ainda em curso.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. C.; ANDRELO, R.; CABRAL, R. **Reputação e direito à informação: a comunicação da mineradora Samarco no caso do acidente ambiental em Mariana (Minas Gerais, Brasil)**. Revista Internacional de Relações Públicas, vol 6, n. 12, p. 43-64, 2016 . Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5769817> . Acesso em: 19 Nov. 2023.

ARAÚJO, L. C.; SANSÃO, J. P. H.; YEHIA, H. C. **Influência da lei de Zipf na escolha de senhas**. Revista Brasileira de Ensino de Física, v. 38 (1), mar., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbef/a/MzrrZdc7bydG4qSvJxqXnkR/#> . Acesso em: 15 ago. 2024.

BARAIBAR-DIEZ, E., SOTORRÍO, L. L. **O efeito mediador da transparência na relação entre responsabilidade social corporativa e reputação corporativa**. Revista Brasileira de Gestão de Negócios. V. 20 (01), Jan-Mar 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbgn/a/dkyG6XcG9dW9RgcKjJRRq8d/#>. Acesso em 7 de Nov. de 2023.

BENITES, L. L. L.; POLO, E. F. **Sustainability as business strategic: the corporate governance and application of the Triple Bottom Line in Masisa**. Revista de Administração da UFSM, [S. l.], v. 6, p. 195–210, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/index.php/reaufsm/article/view/8879>. Acesso em 9 de Out. de 2023.

BRASKEM. **A Braskem: Paixão por transformar**. Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.braskem.com.br/>. Acesso em: 2 Dez. 2023.

BRASKEM. **ESG Relatórios: Relatórios Anuais Integrados, 2018-2022**. Disponível em: <https://www.braskem.com.br/relatoriosanuaisintegrados> . Acesso em: 9 Abr. 2024.

BRASKEM. **Linha do tempo**. Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.braskem.com.br/linha-do-tempo-alagoas> . Acesso em: 2 Dez. 2023.

CASSETTARI, R. R. B; PINTO, A, L.; RODRIGUES, R. S.; SANTOS, L. S. de. **Comparação da Lei de Zipf em conteúdos textuais e discursos orais**. El Profesional de la información, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 157–167, 2015. DOI: 10.3145/epi.2015. mar. 09. Disponível em: <https://revista.profesionaldelainformacion.com/index.php/EPI/article/view/epi.2015.mar.09> . Acesso em: 15 ago. 2024.

CARROLL, Archie B. A three-dimensional conceptual model of corporate performance. **Academy of management review**, v. 4, n. 4, p. 497-505, 1979.

COSENZA, J. P.; RIBEIRO, C. M. A.; LEVY, A.; DIOS, S. A. **Entendimento da Responsabilidade Social Corporativa da Samarco no rompimento da barragem de Fundão**. Revista de Contabilidade e Organizações, [S. l.], v. 12, p. e151356, 2018.

Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rco/article/view/151356>. Acesso em: 26 de Jan. de 2024.

FILHO, C. F. da S.; BENEDICTO; S. C. de; SUGAHARA, C. R.; SILVA, L. H. V. da; VIOTTI, R. M.; CONTI, D. de M. **Análise das ações de responsabilidade social nos setores metalúrgico e de mineração no Brasil**. RAD - Revista Administração em Diálogo, 23(2), 27-41. <http://dx.doi.org/10.23925/2178-0080.2021v23i2.49160>. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rad/article/view/49160/35242> . Acesso em 25 de Dezembro de 2024.

FREITAS, C. M., BARCELLOS, C., HELLER, L., LUZ, Z. M. P. **Desastres em barragens de mineração: lições do passado para reduzir riscos atuais e futuros**. Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, 28(1), 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/vDNJLr9m6Jhg3pp9VzLXpTt/#>. Acesso em 4 de Fev. de 2024.

FREITAS, C. M., SILVA, M. A., MENEZES, F. C., LUZ, Z. M. P. **Desastres em barragens de mineração como riscos sistêmicos**. Rev. Bras. Epidemiol. v. 25 (Supl. 2), 2022 .Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/ZRXmTNjdNr7q5LgWpNn46Dh/?lang=pt#>. Acesso em 4 de Fev. 2024.

GUARNIERI, P.; LEVINO, N. A.; FONTANA, M. **O desastre ocasionado pela mineração inadequada de sal-gema em Maceió: Uma discussão sob a perspectiva da Responsabilidade Social**. In: SemeAD 2023 - XXVI Seminários em Administração. USP: São Paulo, 2023. Realizado de 7 a 10 de novembro. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1YH_NtYFuNsqHq_C729zGNoEq4eWdN6uD/view?usp=drive_link. Acesso em: 7 de Dez. de 2023.

IRIGARAY, H. A. R., VERGARA, S. C., ARAUJO, R. G. **RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA: O QUE REVELAM OS RELATÓRIOS SOCIAIS DAS EMPRESAS**. Organizações & Sociedade: Salvador, v. 24, n. 80, p. 73-88, Jan./Mar. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/xJNCVhk9T9NDbmvYjdV6w8N/>. Acesso em 9 de Out. de 2023.

JENKINS, H., YAKOVLEVA, N. **Corporate Social Responsibility in Mining Industry: Exploring Trends in Social and Environmental Disclosure**. Journal of Cleaner Production, 14, p. 271-284, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/223730765_Corporate_Social_Responsibility_in_the_Mining_Industry_Exploring_Trends_in_Social_and_Environmental_Disclosure#fullTextFileContent. Acesso em 19 de Nov. 2023.

LASCHEFSKI, K. **Rompimento de barragens em Mariana e Brumadinho - MG: Desastres como meio de apropriação de territórios por mineradoras**. ENANPEGE, XIII, 2019. Disponível em: <https://encurtador.com.br/Jfuhm>. Acesso em 4 de Fev. de 2024.

LAURETTI, L. **O princípio da transparência no contexto da governança corporativa**. Instituto Ethos, Mar. 2013. Disponível em: <https://www.ethos.org.br/cedoc/5790/>. Acesso em 8 de Nov. de 2023.

LOPES, J. C., DEMAJOROVIC, J. **Responsabilidade Social Corporativa: uma visão crítica a partir do estudo de caso da tragédia socioambiental da Samarco**. Cad. EBAPE.BR, v. 18, nº 2, Rio de Janeiro, Abr./Jun. 2020, p. 308-322. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/fNb9W5ZJMSKcKYVw3ptgzfb/?lang=pt>. Acesso em 26 de Jan. de 2024.

LOPES, M. M. C. **A Influência dos Stakeholders na Responsabilidade Social Empresarial Estratégica**. Tese de doutorado. ISCTE – IUL, Departamento de Marketing, Operações e Gestão Geral. 2015. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/10038/1/phd_marta_cordeiro_lopes.pdf. Acesso em 7 de Nov. de 2023.

LOZADA, Gisele; NUNES, Karina S. **Metodologia científica**. Porto Alegre: Grupo A, 2019. *E-book*. ISBN 9788595029576. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595029576/>. Acesso em: 15 jun. 2024.

MANHAS, A. C. B. S. **A Perda do Patrimônio Cultural em Decorência do Maior Desastre Ambiental em Curso no Mundo: o caso da subsidência dos bairros em Maceió(AL)**. Revista Jatobá, Goiânia, v. 4, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revjat/article/view/73021>. Acesso em 4 de Fev. de 2024.

MORCELLI, A. T., ÁVILA, L.V. **Responsabilidade Social**. Santa Maria (RS): Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico: Rede e-Tec Brasil, p. 1-86, 2016. Disponível em: <https://docplayer.com.br/16098417-Responsabilidade-social-aier-tadeu-morcelli-lucas-veiga-avila.html>. Acesso em: 9 de Out. de 2023.

NASCIMENTO, S. P., SOBRINHO, S. F. H. **A “língua da mineração”: produção de sentidos na comunicação midiática da empresa Braskem S.A. em Maceió-AL**. Revista Rua, Campinas - SP, Vol. 28, n. 1, p. 05-25, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8670291>. Acesso em: 8 de Out. de 2023.

PEIXOTO, S. V., ASMUS, C. I. R. F. **O desastre de Brumadinho e os possíveis impactos na saúde**. Cienc. Cult. vol.72 n. 2 São Paulo Apr./June 2020. Disponível em: <https://encurtador.com.br/Kn923>. ? Acesso em 4 de Fev. de 2024.

PIFFER, C.; LIEBL, H. **RESPONSABILIDADE AMBIENTAL EMPRESARIAL E SUA DIMENSÃO TRANSNACIONAL**. Revista Visão: Gestão Organizacional, Caçador (SC), Brasil, v. 8, n. 2, p. 101–114, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/visao/article/view/2150>. Acesso em: 9 de Out. de 2023.

PORTER, M. E, KRAMER, M. R. **Creating Shared Value**. *Harvard Business Review*, Jan-FeV, 2011. Disponível em: https://moodle.luniversitenumérique.fr/pluginfile.php/6274/mod_folder/content/0/8.%20La%20valeur%20partage%CC%81e%20-%20Micheal%20Porter.pdf. Acesso em 7 de Nov. de 2023.

RIBEIRO, L. G. G., SAMPAIO, J. A. L. **Responsabilidade Social Corporativa: entre os sentidos e o sem sentido**. Veredas do Direito, v. 20, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vd/a/HPcGwjyZqwrdrBpjVXYkbh/>. Acesso em 9 de Out. de 2023.

SANTOS, C. J. S., VIEGAS, M. E. F. S. **Refugiados ambientais urbanos: o desaparecimento dos bairros Pinheiro, Mutange, Bebedouro, Bom Parto - Maceió/AL**. Sialat, Ed. 3, Belém do Pará, 2021. Disponível em: <https://repositoriotragediaemmaceio.wordpress.com/publicacoes/>. Acesso em 4 de Fev. de 2024.

SCHROEDER, T. J., SCHROEDER, I. **Responsabilidade social corporativa: limites e possibilidades**. RAE-eletrônica, v. 3, n. 1, Art. 1, jan./jun. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/raeel/a/VGV4ZWsN3H3PZnNhpHRWdGr/#>. Acesso em 10 de Outubro de 2023.

SCHARF, R.; PACHI, F. **O balanço social e a comunicação da empresa com a sociedade**. 6ª ed. São Paulo: Instituto Ethos, 2007. Disponível em: <https://www.ethos.org.br/cedoc/o-balanco-social-e-a-comunicacao-da-empresa-com-a-sociedade-6a-edicao/>. Acesso em: 7 de Nov. 2023.

SILVA, M. A., FREITAS, C. M., XAVIER, R., ROMÃO, A. R. **Sobreposição de riscos e impactos no desastre da Vale em Brumadinho**. Cienc. Cult. vol.72 no.2 São Paulo Apr./June 2020. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252020000200008. Acesso em 4 de Fev. de 2024.

SOUZA, F. M.; COLAUTO, R. D.; PANHOCA, L. **Hipocrisia organizada e fachada organizacional nos relatórios de sustentabilidade corporativa**. Enfoque: Reflexão Contábil, v. 39, n. 2, p. 117-131, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/44339>. Acesso em 26 de Jan. de 2024.

Sustainability Reporting Guidelines. Global Reporting Initiative, 2002. Disponível em: <https://www.r3-0.org/wp-content/uploads/2020/03/GRIguidelines.pdf>. Acesso em: 2 de Dez. de 2023.

Uso de IAG nesta Pesquisa

Este artigo contou com o apoio da ferramenta ChatGPT, desenvolvida pela OpenAI, exclusivamente para fins de revisão textual, aprimoramento da clareza e coesão do texto, bem como para sugestões de adequações linguísticas e estruturais. Todas as decisões finais sobre conteúdo, argumentos e redação foram tomadas pelos autores, garantindo a integridade acadêmica e a originalidade do trabalho.